STJ00100642

Ricardo Negrão
(Ricardo José Negrão Nogueira)
Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Mestre e Doutorando em Direito Comercial (PUCSP).
Professor Universitário.

3

Manual de direito comercial & de empresa

Recuperação de Empresas e Falência

10ª edição
2015

100 ANOS
Saraiva

Editora Saraiva

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000
SAC: 0800 011 7875
De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia
Gerência editorial Thaís de Camargo Rodrigues
Editorio de conteúdo Eveline Gonçalves Denardi
Assistência editorial Bruno Gimenez Boani

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bittencourt Bressan e Ana Cristina Garcia (coords.)
Arte e diagramação Aldo Moutinho de Azevedo
Revisão de provas Amélia Kassis Ward e Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.) Willians Calazans de Vasconcelos de Mello
Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva Kelli Priscila Pinto Rafael de Paula Valverde
Capa Roney Camelo

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão Geográfico
Acabamento Geográfica

ISBN 978-85-02-04182-0 obra completa
ISBN 978-85-02-62244-9 volume 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Negrão, Ricardo
Manual de direito comercial e de empresa, volume 3 : recuperação de empresas e falência / Ricardo Negrão. – 10. ed. – São Paulo : Saraiva, 2015.

Bibliografia.

1. Direito comercial 2. Direito empresarial I. Título.

CDU-347.7
14-12564 -34:338.93

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito comercial	347.7
2. Direito societário	34:338.93

Data de fechamento da edição: 3-12-2014

Dúvidas?
Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia antorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

197.365.010.001 | 968191

ÍNDICE

Abreviaturas 7
Ao Leitor (1ª edição) 29
Ao Leitor (2ª edição) 31
Ao Leitor (6ª edição) 33
Ao Leitor (10ª edição) 35

LIVRO I
TEORIA GERAL DO DIREITO FALIMENTAR

PARTE I – INTRODUÇÃO AO DIREITO FALIMENTAR

1. Introdução 41
   1.1. Origem etimológica da palavra "falência" 41
   1.2. História 43
      1.2.1. Primórdios 43
      1.2.2. Fases do Direito Falimentar – as Ordenações 44
      1.2.3. Fase imperial 48
      1.2.4. Fase republicana 50
      1.2.5. Fase pré-empresarial 52
      1.2.6. Tramitação do Projeto de Lei n. 4.376/93 52
      1.2.7. Tendências do direito internacional 55
      1.2.8. Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 58
2. Características e destinação legal 61
   2.1. Destinação legal 61
   2.2. Conceito de empresário 62
      2.2.1. Evolução do conceito de empresário 63
         2.2.1.1. Quadro-resumo 65
      2.2.2. Pessoas impedidas de exercer a atividade empresarial 66
   2.3. Casos de não incidência 70
      2.3.1. Casos de não incidência absoluta 71
      2.3.2. Casos de não incidência relativa 73
   2.4. Casos especiais de incidência, com restrições temporais ou de legitimidade ativa 76
   2.5. Quadro-resumo 80

PARTE II – DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA

3. Procedimento de verificação de crédito 85
3.1. Momento para a verificação de créditos 85
3.2. Processamento das declarações tempestivas de crédito 87
3.2.1. Do pedido 90
3.2.2. Requisitos da petição inicial 91
3.2.3. Do processamento do pedido 95
3.2.4. Impugnações aos pedidos 96
3.2.5. Julgamento dos pedidos e das impugnações 98
3.2.6. Impugnação de crédito trabalhista 99
3.2.7. Renovação de pedido de habilitação de crédito já julgado 102
3.3. Procedimento das habilitações retardatárias 102
3.4. Verificação de créditos dos credores particulares dos sócios solidários 106
3.5. Ação rescisória de exclusão, reclassificação ou retificação de crédito 107
4. O administrador judicial 110
4.1. Funções do administrador judicial e sua natureza 110
4.2. Classificação dos atos do administrador judicial 113
4.3. A escolha, a nomeação e o compromisso do administrador judicial 117
4.4. Impedimentos e incompatibilidades 121
4.5. Substituição e destituição do administrador judicial 122
4.6. A remuneração do administrador judicial 124
4.7. Responsabilidade do administrador judicial 127
4.8. Prestação de contas 128
5. Comitê e assembleia geral de credores 129
5.1. Conceitos 129
5.2. Origens do Comitê de Credores 129
5.3. Constituição do Comitê de Credores 133
5.4. Composição do Comitê de Credores 134
5.5. Regime jurídico do Comitê de Credores 137
5.6. Origens da assembleia geral de credores 140
5.7. Atribuições da assembleia geral de credores 141
5.8. Regime jurídico da assembleia geral de credores 142

5.9. O exercício do voto na assembleia geral de credores 146
5.10. Efeitos das deliberações 152

LIVRO II
DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS EM JUÍZO

6. Disposições comuns às formas de recuperação 157
6.1. Crise econômico-financeira 157
6.2. Formas de recuperação 159
6.3. Princípios norteadores 160
6.4. Requisitos 162
6.4.1. Requisitos comuns e especiais 162
6.4.2. Exigências quanto ao exercício da atividade empresarial 162
6.4.3. Impedimentos 164
6.5. Legitimidade ativa 168
6.5.1. A questão do sócio remanescente 168
6.5.2. A questão da legitimidade do credor e do Ministério Público 169
6.6. Distinções entre os instrumentos legais 171
6.6.1. Distinção quanto à extensão econômica do exercício empresarial 171
6.6.2. Distinção quanto ao universo de credores 173
6.6.3. Distinção quanto ao curso da prescrição das ações e execuções individuais dos credores 175
6.6.4. Distinção quanto ao procedimento 176
6.6.5. Distinção quanto às restrições à administração da empresa 176
6.6.6. Distinção quanto aos meios de recuperação 177
7. Meios de recuperação 180
7.1. Classificação 180
7.2. Meios dilatórios, remissórios ou mistos 181
7.3. Meios com predominância sobre o perfil subjetivo da empresa 182
7.4. Meios com predominância sobre o perfil objetivo da empresa 188
7.5. Meios com predominância sobre o perfil funcional da empresa 195

7.6. Meios com predominância sobre o perfil corporativo da empresa 198
8. Recuperação judicial 199
8.1. Fases do procedimento 199
8.2. Fase do pedido e de processamento 200
8.2.1. Apresentação do pedido 200
8.2.1.1. Documentação contábil 201
8.2.1.2. Certidões e documentos que constam do Registro Público 204
8.2.1.3. Relações descritivas, contendo informações de cunho patrimonial não sujeitas à escrituração contábil 205
8.2.2. Decisão de processamento 207
8.3. Fase do plano de recuperação 210
8.3.1. Limitações ao plano 211
8.3.2. Publicação do aviso 212
8.4. Fase de concessão e cumprimento 212
8.4.1. Objeção dos credores 213
8.4.2. Convocação da assembleia geral 213
8.4.3. Deliberação sobre o plano apresentado 214
8.4.4. Constituição do Comitê de Credores 216
8.4.5. Apresentação de certidões 218
8.4.6. Decisão de concessão 221
8.4.7. Efeitos da decisão de concessão 223
8.4.8. Situações não atingidas pela sentença concessiva. 227
8.4.9. Recurso 229
8.4.10. Período de cumprimento 229
8.5. Resumo gráfico do processo de recuperação judicial ordinário 232
8.6. Recuperação judicial especial 233
9. Convolação de recuperação em falência 236
9.1. Causas que acarretam a convolação de recuperação em falência 236
9.2. A não apresentação do plano (art. 73, II) 237
9.3. A apresentação tempestiva do plano e sua rejeição (art. 73, III) 237
9.4. Deliberação da assembleia geral (art. 73, I) 238
9.5. Descumprimento de obrigação assumida (art. 73, IV) 239

9.6. Efeitos da convolação 239
10. Recuperação extrajudicial 241
10.1. Conceito e noções 241
10.2. Pedido de recuperação extrajudicial 242
10.3. Documentação necessária 243
10.4. Procedimento da recuperação extrajudicial 244
10.5. Efeitos da sentença homologatória 245
10.6. Recurso e outras formas privadas de acordo 245

LIVRO III
DA FALÊNCIA

PARTE I – SISTEMAS E PROCEDIMENTOS PRÉ-FALIMENTARES

11. Caracterização e pressupostos do estado falimentar 251
11.1. Introdução e conceito inicial 251
11.2. O procedimento pré-falimentar ou fase preliminar 253
11.3. Sistemas de caracterização do estado falimentar 254
11.3.1. A impontualidade e os atos de falência 254
11.3.2. Outros critérios 254
11.4. Pressupostos do estado falimentar 255
12. A legitimidade ativa 258
12.1. O credor legitimado a requerer a falência 258
12.2. Natureza do crédito e do credor 258
12.3. Credor empresário 258
12.4. Credor sem domicílio no Brasil 259
12.5. Credor com garantia real 259
12.6. Credor privilegiado fiscal 259
12.7. Credor privilegiado trabalhista 262
12.8. O sócio, mesmo acionista ou comanditário 263
12.9. Credor debenturista 265
12.10. Litisconsorte ativo 266
13. O sistema da impontualidade 268
13.1. A obrigação líquida e o título executivo 268
13.2. Os títulos executivos previstos na Lei Processual Civil ... 269
13.2.1. Aluguel 270
13.2.2. Cheque pré-datado 270
13.2.3. Contrato de caução – fiança bancária 270

13.2.4. Contrato de caução – fiança bancária, necessidade de título 270
13.2.5. Duplicata representada apenas por boletos bancários 271
13.2.6. Duplicata de prestação de serviços 272
13.2.7. Título executivo sujeito a cálculo aritmético 273
13.2.8. O crédito bancário rotativo 273
13.2.9. O contrato de câmbio 275
13.3. Títulos executivos previstos em outras leis 275
13.4. O protesto 278
13.5. Do pedido com base no art. 94, I – documentos que devem acompanhá-lo 280
13.6. Da citação 281
13.7. Defesa com e sem depósito elisivo 283
13.7.1. Depósito elisivo 284
13.7.2. Audiência de conciliação 285
13.7.3. Oposição e citação de sócios 285
13.8. O rito do art. 94, I 286
14. O sistema da impontualidade: a matéria de defesa 287
14.1. Defesas 287
14.2. Falsidade do título da obrigação 288
14.3. Prescrição 289
14.4. Nulidade de obrigação ou de título 292
14.4.1. Erro e ignorância 294
14.4.2. Dolo 295
14.4.3. Coação 296
14.4.4. Estado de perigo e lesão 297
14.4.5. Simulação 297
14.4.6. Fraude 299
14.4.7. Resumo gráfico 300
14.5. Pagamento da dívida 302
14.6. Qualquer motivo que extinga ou suspenda o cumprimento da obrigação, ou exclua o devedor do processo da falência 302
14.7. Vício em protesto ou seu instrumento 304
14.8. Apresentação de pedido de recuperação judicial no prazo da contestação 304
14.9. Casos especiais de defesa, relativos a restrições temporais ou de legitimidade ativa 304

15. O sistema dos atos de falência 306
15.1. Prática de atos de falência 306
15.2. Execução frustrada 307
15.3. Liquidação precipitada; uso de meio ruinoso ou fraudulento 309
15.4. Negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo 311
15.5. Trespasse de estabelecimento 312
15.5.1. Noção de estabelecimento empresarial 312
15.5.2. O conceito de Oscar Barreto Filho 314
15.5.3. Definição jurídica 314
15.5.4. Natureza jurídica 315
15.5.5. Elementos do estabelecimento empresarial 316
15.5.6. Outras consequências jurídicas do trespasse do estabelecimento empresarial 318
15.6. Oferecimento de garantia real em detrimento de outros credores 318
15.7. Ausência ou abandono de estabelecimento 319
15.8. Documentos que devem acompanhar o pedido 320
15.9. Do rito 321
15.10. O rito do art. 94, II 323
15.11. O rito do art. 94, III 323
16. O sistema da autofalência 324
16.1. A confissão da falência pelo devedor 324
16.2. Procedimento do art. 105 325
16.3. Natureza do pedido de autofalência 325
16.4. Natureza da dívida 325
16.5. Processamento do pedido 326
16.6. Legitimidade para o pedido 327
16.6.1. A representação do empresário individual ou da sociedade contratual 327
16.6.2. As sociedades por ações 328
16.6.3. O cônjuge sobrevivente, o inventariante e o herdeiro 329
16.6.4. As instituições financeiras 329
16.7. Oposição e citação de sócios 329
16.8. Desistência do pedido 330
16.9. O rito do art. 105 – autofalência 331

PARTE II – DA SENTENÇA JUDICIAL E SEUS EFEITOS

17. O Juízo falimentar 335
17.1. Fixação da competência judicial 335
17.2. Unidade, indivisibilidade e universalidade do Juízo 337
17.2.1. Ações não reguladas pela Lei Falimentar, em que o falido figure como autor ou litisconsorte ativo.. 338
17.2.2. Falido autor, em ação regulada pela Lei Falimentar 339
17.2.3. Ações de despejo em que a massa falida figure como ré 340
17.2.4. Execuções individuais dos credores, anteriores à decretação da falência 341
17.2.5. Ações trabalhistas 342
17.2.6. Execuções fiscais 343
17.2.7. Ações que se processam na Justiça Federal por força da competência privativa 344
17.2.8. Ações relativas a imóveis 345
17.2.9. Ações ajuizadas antes da quebra, com citação também anterior 345
17.3. Resumo da matéria 347
18. A sentença falimentar 349
18.1. Natureza da sentença declaratória de quebra 349
18.2. Requisitos da sentença de falência 349
18.2.1. O relatório da sentença falimentar 350
18.2.2. A motivação da sentença 352
18.2.3. O dispositivo da sentença 352
18.2.3.1. Termo legal da falência 353
18.2.3.2. Nomeação do administrador judicial 357
18.2.3.3. Prazo para as habilitações de crédito 360
18.2.4. Outras determinações na sentença 360
18.3. Recursos contra a sentença falimentar 364
18.4. Efeitos da sentença denegatória 366
18.5. Indenização por dano material 366
18.6. Indenização por dano moral 368
19. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos credores 369
19.1. Principais efeitos 369

19.2. Suspensão do curso da prescrição 370
19.3. Suspensão das ações e execuções individuais dos credores.. 371
19.4. Vencimento antecipado das dívidas 375
19.4.1. Cláusulas penais dos contratos unilaterais 377
19.4.2. A conversão dos créditos em moeda estrangeira.. 379
19.4.3. Obrigações sujeitas a condição suspensiva: sem vencimento antecipado 380
19.5. Formação da massa de credores 381
19.5.1. Credores não concorrentes à falência 382
19.5.2. Credor que não dispõe do título de seu crédito 386
19.6. Suspensão do direito de retenção 387
19.7. Suspensão da fluência de juros 388
19.8. Regulamentação do direito de credores de coobrigados solidários 389
19.8.1. Credor de obrigação solidária 389
19.8.2. Devedor falido com obrigações extintas 390
19.8.3. Direito de regresso 390
19.8.4. Cobrança de uma massa devedora de obrigação solidária por outra 394
19.8.5. Direitos de codevedores solventes 394
19.9. Direitos dos credores na condução da falência 395
20. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação ao falido e aos administradores e liquidantes 397
20.1. Obrigações impostas ao falido 397
20.2. Obrigações consistentes em entrega 398
20.2.1. Primeiro momento 398
20.2.2. Segundo momento 401
20.3. Obrigações consistentes em atos de fazer, impostos ao falido 402
20.3.1. A declaração do art. 104, I 403
20.3.2. Obrigação de colaborar com o ágil processamento da falência 405
20.4. Restrição ao livre direito de ausentar-se da comarca 406
20.5. Extensão das obrigações 407
20.6. Remuneração do falido 409
20.7. Restrições de direitos 410
20.8. Direitos atribuídos ao falido 410

21. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos bens do empresário individual falido e dos sócios da sociedade falida 412
21.1. Hipóteses de desapossamento 412
21.2. Natureza jurídica do desapossamento 413
21.3. Extensão do desapossamento 414
21.4. Exceções à regra 416
21.4.1. Os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos a execução 417
21.4.2. Os frutos e os rendimentos dos bens inalienáveis 419
21.4.3. Os vestuários e pertences 420
21.4.4. Os vencimentos, subsídios e remunerações diversas 420
21.4.5. Os livros, as máquinas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão 421
21.4.6. O seguro de vida 422
21.4.7. Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se estas forem penhoradas 423
21.4.8. A pequena propriedade rural 423
21.4.9. Recursos públicos recebidos por instituições privadas 424
21.4.10. Quantia depositada em caderneta de poupança .. 424
21.4.11. O patrimônio de afetação previsto na Lei n. 10.931/2004 424
21.5. Tipos societários 426
21.5.1. Efeitos sobre os sócios com responsabilidade ilimitada 427
21.5.2. Efeitos sobre os demais sócios 428
22. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos contratos 431
22.1. Conceitos 432
22.2. Contratos bilaterais 433
22.2.1. Natureza sinalagmática do contrato bilateral..... 433
22.2.2. Resolução do contrato bilateral por insolvência de uma das partes..... 433
22.2.3. Rescisão contratual requerida por uma das partes . 434
22.2.4. Efeitos da rescisão judicial do contrato bilateral .. 434

22.2.5. Efeitos da inexecução dos contratos 435
22.2.6. Efeitos dos contratos unilaterais em curso na falência 436
22.3. Regras gerais aplicáveis aos contratos bilaterais na falência – o cumprimento pelo administrador judicial 436
22.3.1. A regra especial na falência 437
22.3.2. A faculdade do administrador judicial e do Comitê 437
22.3.3. A interpelação do administrador judicial 438
22.3.4. O ressarcimento do contratante em razão do não cumprimento pelo administrador judicial 440
22.3.5. Efeito da condição resolutiva expressa pelas partes antes da falência 440
22.3.6. Efeitos do cumprimento do contrato 441
22.4. Introdução aos contratos bilaterais na falência 442
22.5. Falência do vendedor que não entregou a coisa contratada 442
22.5.1. Contrato de entrega de coisas compostas 443
22.5.2. Contrato de venda de coisas móveis vendidas a prestação pelo falido 444
22.6. Falência do comprador que não pagou a coisa contratada 444
22.7. Contrato de compra e venda com reserva de domínio 447
22.7.1. Contrato com cláusula de alienação fiduciária 447
22.7.2. Contrato de *leasing* ou arrendamento mercantil ... 452
22.7.3. Contrato de *leasing* ou arrendamento de aeronave ou de suas partes 454
22.7.4. Contrato com cláusula de reserva de domínio 454
22.8. Falência do comprador ou do vendedor nas vendas a termo 455
22.9. Falência e contratos imobiliários 456
22.9.1. Contratos imobiliários com compromisso 457
22.9.2. Contratos de locação comercial 459
22.9.3. Contratos de incorporação imobiliária 459
22.10. Outros contratos e regras especiais previstas na Lei Falimentar 460
22.10.1. Contrato de conta corrente 460
22.10.2. Compensação de dívidas 462

22.10.3. Acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do sistema financeiro nacional 465
22.10.4. Mandato mercantil 466
22.10.5. Contratos de sociedade firmados pelo falido 467
22.10.6. Contratos de sociedade em conta de participação 469
22.10.7. Condomínio indivisível 469
22.11. Outros contratos não mencionados na Lei Falimentar 469
22.11.1. Contrato de trabalho 470
22.11.2. Contrato de franquia 471
22.12. Resumo gráfico 471

PARTE III – DA ADMINISTRAÇÃO, ARRECADAÇÃO, REALIZAÇÃO DO ATIVO E PAGAMENTO DO PASSIVO

23. Visão geral da administração falimentar 477
23.1. A fase de administração falimentar 477
23.2. Etapas do processo principal 481
23.2.1. A publicidade da sentença falimentar 481
23.2.2. O compromisso e as funções do administrador judicial 483
23.2.3. Convocação da assembleia geral de credores 488
23.2.4. Constituição do Comitê de Credores 489
23.2.5. A continuação provisória da atividade empresarial 491
23.2.6. A apresentação do primeiro relatório 492
23.2.7. A arrecadação e a avaliação de bens 493
23.2.8. Realização do ativo e pagamento dos credores ... 494
23.2.9. Encerramento da falência 496
23.2.10. Fase pós-falimentar: a extinção das obrigações do falido 497
24. Arrecadação e avaliação dos bens 499
24.1. A arrecadação de bens – conceitos 499
24.2. O lacre das portas do estabelecimento e a apreensão de bens 500
24.3. A arrecadação pessoal e por carta precatória 501
24.4. O acompanhamento pelo Ministério Público 502
24.5. O inventário de livros e bens 503

24.6. A arrecadação de bens imóveis 505
24.7. A arrecadação de bens incorpóreos 505
24.8. Bens não arrecadáveis 507
24.9. Bens penhorados ou de outra forma apreendidos 507
24.10. Venda antecipada 508
24.11. Avaliação e falência frustrada e de pequeno passivo 509
24.12. Avaliação em separado 510
25. A ação de restituição e os embargos de terceiro 512
25.1. O objeto do pedido de restituição 512
25.2. A ação de restituição decorrente de titularidade de direito real 514
25.2.1. A coisa deve ter sido arrecadada em poder do devedor 514
25.2.2. A coisa deve ser devida ao reivindicante em virtude de direito real de propriedade 515
25.2.3. A coisa pode ter sido alienada posteriormente ao decreto da falência pela massa 516
25.3. A ação de restituição decorrente de venda de coisas a prazo 516
25.3.1. Compra com cheque pós-datado 517
25.4. A ação de restituição de adiantamento de contrato de câmbio 517
25.5. A ação de restituição por contribuição previdenciária descontada e não recolhida 518
25.6. Procedimento 519
25.7. Intervenção do Ministério Público 524
25.8. Liquidação da sentença 524
25.9. Honorários advocatícios, juros e atualização monetária ... 525
25.10. Os embargos de terceiro 525
26. As ações revocatórias 527
26.1. Noções 527
26.2. Distinção entre as ações previstas nos arts. 129 e 130 da Lei Falimentar 529
26.3. Hipóteses previstas no art. 129 da Lei Falimentar 530
26.3.1. Atos praticados dentro do termo legal 530
26.3.2. Atos praticados no período de dois anos anteriores à decretação da falência 535

26.3.3. Atos nos quais não se leva em consideração o elemento temporal 535
26.3.4. Atos praticados após a decretação da falência 537
26.4. Ação revocatória com fundamento no art. 130 539
26.5. Efeitos das ações revocatórias 541
26.6. Securitização de recebíveis 544
26.7. Processamento da ação revocatória 546
26.8. Medidas cautelares e recursos 549
26.9. Ineficácia oposta como defesa em ação ou execução 549
26.10. Ação revocatória prevista na Lei n. 6.404/76 550
26.11. Ação revocatória contra sócio com responsabilidade limitada, por retirada dos fundos sociais 552
26.12. Atos fundados em decisão judicial 553
27. Procedimento liquidatório 555
27.1. A etapa de liquidação 555
27.2. A ordem de alienação 558
27.2.1. Sucessão do arrematante 558
27.2.2. Constituição de sociedade de credores ou de empregados do devedor 559
27.2.3. Credores trabalhistas, por acidentes de trabalho e credores incapazes 560
27.3. Modalidades de alienações públicas 561
27.4. Impugnações 562
27.5. Recurso contra decisão que homologa a venda 562
27.6. A ordem de preferência dos credores 563
27.7. Créditos prioritários decorrentes de despesas de pagamento antecipado 565
27.8. Créditos prioritários decorrentes de restituição 569
27.9. Créditos extraconcursais 570
27.10. Créditos concursais ou concorrentes 574
27.10.1. Créditos derivados da legislação do trabalho e decorrentes de acidentes de trabalho 575
27.10.2. Créditos com direito real de garantia 576
27.10.3. Créditos tributários, à exceção das multas tributárias 578
27.10.4. Créditos com privilégio especial sobre determinados bens 578

27.10.5. Créditos com privilégio geral 581
27.10.6. Créditos quirografários 583
27.10.7. Créditos subquirografários 583
27.10.8. Créditos subordinados 584
27.11. O pagamento aos credores 585
27.12. Pagamento de juros 590
27.13. Devolução da sobra ao falido ou rateio entre os sócios ... 590
27.14. Resumo gráfico 590
27.15. O pagamento entre massas solidárias 592
27.16. A prestação de contas e o relatório final do administrador judicial 594
27.17. A sentença de encerramento 595

PARTE IV – DA FASE PÓS-FALIMENTAR

28. A extinção das obrigações do falido e sua reabilitação criminal 599
28.1. Extinção das obrigações 599
28.2. Extinção pelo pagamento 599
28.3. Extinção em decorrência da prescrição 601
28.4. Extinção pelo rateio 603
28.5. Procedimento de extinção 603
28.6. Reabilitação do condenado por crime falimentar 604

LIVRO IV
DISPOSIÇÕES PENAIS

29. A investigação, a ação penal e os crimes falenciais 611
29.1. Apuração de crime definido na Lei Falimentar 611
29.2. A abolição do inquérito judicial 615
29.2.1. A quebra da unidade na apuração delitiva 615
29.2.2. O princípio da unicidade 616
29.3. A multiplicidade de vias investigatórias 619
29.3.1. Atos investigatórios 621
29.3.2. O laudo contábil 622
29.3.3. A intervenção dos credores concorrentes 623
29.3.4. A apuração dos fatos 624
29.3.5. O recebimento ou a rejeição da denúncia 627
29.4. Da prescrição 627
29.5. Competência 628

29.6. Processo-crime 630
29.7. Crimes de fraude a credores ou de falsidade no curso do processo 632
29.8. Crimes relacionados à escrituração contábil 642
29.9. Crimes de natureza patrimonial, por desvio ou especulação de lucro sobre os bens 643
29.10. Outros crimes 647

LIVRO V
PROCEDIMENTOS CONCURSAIS ADMINISTRATIVOS

30. Intervenção, liquidação extrajudicial e administração especial temporária 651
30.1. Noções e conceitos 651
30.2. Conceito de instituição financeira 652
30.3. Regimes de intervenção, administração especial e liquidação 654
30.4. Intervenção extrajudicial 654
30.4.1. Efeitos da intervenção 655
30.4.2. Procedimento administrativo 656
30.4.3. Declaração dos ex-administradores 657
30.4.4. Resumo do procedimento 659
30.5. Regime de administração especial temporária 660
30.5.1. Diferença entre a intervenção e o RAET 660
30.5.2. Procedimento 661
30.5.3. Relatório do conselho diretor 661
30.5.4. Resumo do procedimento 663
30.6. Liquidação extrajudicial 664
30.6.1. Efeitos do decreto de liquidação 664
30.6.2. A figura do liquidante 668
30.6.3. Procedimento 668
30.6.4. Modalidades de liquidação 670
30.6.5. Resumo do procedimento 671
30.7. Cessação dos regimes 672
30.8. Outros regimes especiais 674
31. Da responsabilidade dos administradores: da indisponibilidade, das ações de arresto e ordinária de responsabilidade 675

31.1. Do inquérito administrativo 675
31.2. Ações de arresto e ordinária 676
31.3. Indisponibilidade de bens 677
31.3.1. Indisponibilidade ordinária 677
31.3.2. Indisponibilidade estendida ou superveniente 678
31.3.3. Extensão por integração de atividade, vínculo de interesse ou de controle 678
31.3.4. Cessação da indisponibilidade 680
31.3.5. Distinção entre indisponibilidade e arresto 681
31.4. Do conceito de administrador 681
31.5. Da responsabilidade dos administradores – teorias 682
31.5.1. Da responsabilidade objetiva 683
31.5.2. Posição intermediária 686
31.5.3. Da responsabilidade por culpa presumida 687

Bibliografia 689

Índice Onomástico 705

Índice da Legislação Mencionada 711

Índice Alfabético-Remissivo 721